



II Encontro Internacional de Energias Renováveis

“MOBILIZANDO AÇÕES PARA A TRANSIÇÃO ENERGÉTICA”

26 a 30 de outubro de 2020

DECLARAÇÃO DE LIMA PARA A AMAZÔNIA E AMÉRICA LATINA

Reunidos no II Encontro Internacional de Energias Renováveis “Mobilizando ações para uma transição energética justa e popular”, realizado virtualmente de 26 a 30 de outubro de 2020, assumindo os desafios da comunicação remota, em um cenário de emergência sistêmica e climática e sanitária devido à pandemia COVID-19, o Grupo 3 + 1 da Bolívia (Grupo de Trabalho sobre Mudanças Climáticas e Justiça - GTCCJ), Brasil (Fórum Mudanças Climáticas e Justiça Socioambiental - FMCJS) e Peru (Movimento Cidadão Contra as Mudanças Climáticas - MOCICC), com o apoio de MISEREOR, da Alemanha, fizemos a seguinte reflexão, —passados dois anos desde o primeiro encontro realizado em Cajazeiras, Paraíba, (Brasil) -, para dar continuidade ao debate sobre a transição energética justa e popular.

Desde o nosso primeiro encontro, destacamos que o problema energético em nossos países é de natureza ambiental e social, ocasionado principalmente pelo uso intensivo de fontes fósseis (petróleo, carvão e gás), além de fontes hídricas, que causam graves impactos ao meio ambiente, notadamente pela emissão de gases de efeito estufa, causando desequilíbrios no sistema climático global e a desorganização de modos de vida, principalmente das comunidades mais vulneráveis.

Diante disso, os povos latino-americanos consideram que a democracia participativa é a forma de enfrentar a conjuntura crítica das mudanças climáticas, sendo necessário garantir que os direitos civis conquistados não retrocedam.

No entanto, observamos com grande preocupação o ressurgimento do fascismo no Brasil, bem como de práticas autoritárias e extrativistas em decorrência dos interesses das corporações transnacionais nos governos da Bolívia e do Peru, que há muitas décadas limitam uma vida em harmonia em favor da maioria.

Por isso, destacamos que a soberania territorial das comunidades tradicionais, sejam elas indígenas, camponesas ou quilombolas em toda a América Latina, passa por garantir sua participação ativa (voz e voto) nas tomadas de decisão.

Além disso, constatamos que nos últimos dois anos as políticas capitalistas implementadas pelos Governos Centrais em favor das grandes empresas pioraram, e não ocorreram mudanças positivas.

No Nordeste do Brasil, avança-se na energia nuclear nas margens do Rio São Francisco, com a justificativa de “menor impacto”, e aumenta a ameaça de grandes hidrelétricas na Amazônia; há crescimento de parques eólicos e solares no Semiárido brasileiro e a busca por petróleo em águas profundas e com a tecnologia de Fracking, que invade comunidades e regiões protegidas.

Os órgãos ambientais foram desmontados para terem menos condições de proteger e mais de explorar, com graves retrocessos nas leis e na fiscalização dos cuidados ambientais por parte do governo central.

No Peru, de 2018 até agora, não houve avanços em uma política energética participativa que possibilite cumprir os compromissos climáticos internacionais (NDCs), apenas 0,3% foi alocado para energia amiga do ambiente, e por isso prevalece a geração de energias poluentes.

O mais grave é que as transnacionais se apossam do território impactando na conservação dos nossos recursos naturais, fazendo lobby para promover o aumento de suas operações protegidas por políticas públicas em questões energéticas. Os avanços nas regulamentações de mitigação em relação às mudanças climáticas são suplantados pela política econômica de investimento e crescimento do extrativismo.

Na Bolívia, o modelo centralizado, patriarcal e extrativista continua a impactar os territórios locais, bens comuns e meios de subsistência. Nesse sentido, rejeitamos as mega infraestruturas hidrelétricas, a exploração de hidrocarbonetos em áreas protegidas, o fracking e a expansão da fronteira agrícola para a produção de agrocombustíveis.

23% das famílias nas áreas rurais não têm acesso à eletricidade, o que incentiva o aumento da migração das áreas rurais para as urbanas e até mesmo para países vizinhos em busca de melhores condições de vida. A geração de eletricidade é impulsionada principalmente de forma convencional e uso de fontes fósseis, e há a necessidade de incidência em favor de regulamentações que promovam as energias alternativas.

No entanto, a partir de experiências significativas geradas no Brasil, Bolívia e Peru, graças aos esforços principalmente das comunidades, cresce uma consciência positiva em vários setores da sociedade, especialmente na juventude, que exige ação urgente contra as mudanças climáticas e às energias poluentes que ameaçam os nossos modos de vida, ações que devem levar a uma verdadeira transição energética justa e popular, utilizando fontes mais limpas.

Diante desses cenários, mantemos o compromisso de continuar lutando para que a segurança e a soberania hídrica, alimentar e energética sejam nossas flechas lançadas com mensagens de esperança em favor da vida na América Latina.

Portanto, ressaltamos que é preciso continuar atuando em redes, como é o caso do Fórum Social Panamazônico - FOSPA, a Assembleia Mundial da Amazônia - AMA e o Fórum Social Mundial - FSM, e trabalhar conjunta e permanentemente pela transição energética justa e popular; da mesma forma, assumimos:

- dar continuidade à educação popular, disseminando informações e promovendo ações e experiências exitosas nas comunidades, para que tenham suporte técnico e financeiro, construindo pactos sociais para mudanças e transição desde o local até o regional; isso implica que é preciso continuar promovendo a discussão desde o cotidiano sobre os usos e benefícios das energias renováveis, para deixar de pensá-las como algo distante e impossível de se desenvolver. Da mesma forma, a crise gerada pela COVID-19 é um convite a apostar nas energias renováveis para garantir o bem-estar das gerações futuras e a proteção da vida.
- Conquistar políticas energéticas em nossos Estados, com foco na promoção e consolidação do uso de energias renováveis que conduzam à transição energética, por meio de uma campanha regional por energia limpa, justa e popular, para que as pessoas tenham acesso à mudança da matriz energética como um direito que garante benefícios para a maioria, e não para gerar privilégios e negócios para setores minoritários. Pelo mesmo motivo, é preciso derrubar as falsas soluções que nos são impostas por empresas muitas vezes protegidas por governos, incidindo politicamente para que o carvão, gás e petróleo fiquem no subsolo, enfrentando o avanço de energias extremas como Fracking e Pré-sal.
- Impedir que sejam mudadas as leis que permitem a produção descentralizada no Brasil, e que as empresas que vendem energia centralizada sejam obrigadas por lei a aceitar essas pequenas produções locais de energia nas comunidades; que a energia descentralizada seja financiada e apoiada por cooperativas ou de outra forma; a rede de distribuição deve ser pública, cooperativa ou mista, considerando que as comunidades podem gerar sua própria energia e obter benefícios com seus excedentes.
- Fortalecer o protagonismo da mulher e da juventude, e de outros setores da população sensibilizados com esta situação, para trabalhar a consciência das pessoas sobre as necessidades, fontes e diferentes formas de produção de energia. A geração de energia com fontes renováveis, inclusive quando administrada de forma cooperativa ou comunitária, é uma alternativa para avançar no desenvolvimento integral dos territórios, alcançando o equilíbrio entre meio ambiente, tecnologia e identidade cultural.

- Fortalecer o projeto 3 + 1, especializado na promoção, formação e instalação de sistemas de aproveitamento de energias renováveis, articulando atores comunitários, privados e públicos dos quatro países membros.
- Defender a plena democracia na América Latina, bem como o direito à consulta prévia dos povos e comunidades, para garantir os direitos da natureza, da biodiversidade, mais concretamente, da Mãe Terra e de seus filhos e filhas.
- Exigir, como sociedade civil, que os governos tornem transparentes suas informações sobre as ambições climáticas.

Por fim, levando em consideração que as energias renováveis devem ser consideradas como fonte de desenvolvimento para os povos e que a transição energética popular e justa é uma das alternativas necessárias para enfrentar os impactos das mudanças climáticas, defendemos que a energia deve ser considerada a nível planetário como um bem comum e não como uma mercadoria, o que implica ser considerada como um direito universal.

Lima, 30 de outubro de 2020.

AS E OS PARTICIPANTES.